



BOLETIM

# ENCCLA 2018

Estratégia Nacional de Combate à  
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 51 – junho de 2018



As atividades da ENCCLA no primeiro semestre de 2018 já atestam a elevada qualidade das discussões e indicam no horizonte resultados efetivos para o enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro. O esforço empreendido tem criado massa crítica apta a qualificar os debates sobre os problemas identificados e sobre suas possíveis soluções.

Na Ação 1 (*Elaborar e Aprovar Plano Nacional de Combate à Corrupção*), definiu-se a metodologia para elaboração do Plano, com realização de eventos públicos regionais para participação da sociedade, bem como os parâmetros das propostas. Foi realizado evento na Região Sul, em Curitiba/PR. Os próximos encontros estão sendo organizados na Região Norte, em Belém/PA, a ocorrer em 26 de julho; e na Região Centro-Oeste, em Brasília/DF, a ocorrer em 4 de julho. Também está prevista consulta pública, via internet. Essa participação social fornecerá subsídios para o Grupo de Trabalho elaborar diretrizes e propostas para combater o problema que sabidamente prejudica o desenvolvimento do País.

Na Ação 2 (*Propor aprimoramento na gestão de bens apreendidos no processo penal e nas ações de improbidade administrativa*), há duas vertentes de trabalho, contando-se com auxílio de participantes da ENCCLA e de atores

externos. Para propor melhorias ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), está-se em interlocução com o CNJ, buscando-se informações junto a órgãos do Poder Judiciário. Para construir modelo de negócio para a alienação antecipada de veículos, buscaram-se contribuições de representantes do Poder Público, de empresas e de consumidores.

Na Ação 3 (*Elaborar diagnóstico e propor medidas visando fortalecer o combate às fraudes nos contratos de gestão da saúde pública*), está em construção documento com diagnóstico do problema, estruturado da seguinte forma: a) Introdução; b) Justificativa; c) Histórico e marco normativo das organizações sociais em Saúde; d) Metodologia do Diagnóstico (revisão bibliográfica; e estudo de casos); e) Categorização das fraudes; f) Estatísticas de prevalência/ocorrência; g) Proposições de tratamento; h) Conclusão; i) Referências. Ademais, formaram-se subgrupos para discutir possíveis medidas referentes a (i) compilação de boas práticas sobre contratação e transparência; (ii) Integração de bancos de dados; (iii) capacitação de agentes públicos; (iv) aplicativos de celular; (v) aperfeiçoamentos normativos.

Na Ação 4 (*Criar instrumentos para dar publicidade às notas fiscais emitidas para órgãos e entidades de todos os poderes na administração pública em todos os entes da federação*), estão em curso projetos-piloto para transparência ativa de notas fiscais, já sendo mapeado o caminho para cada órgão obter e divulgar suas notas. Tal caminho será explicado em manual. Também foram identificadas boas práticas e orientações jurídicas em âmbitos federal e estadual sobre a possibilidade de se dar ampla divulgação a tais notas, preservando-se o sigilo quando couber. Nesse sentido, serão realizados esforços para sensibilizar instituições e autoridades acerca da importância e da viabilidade fática e jurídica dessa divulgação.

Na Ação 5 (*Elaborar propostas de medidas voltadas ao combate a corrupção privada*), está em fase bastante avançada de elaboração proposta para tipificar o crime de corrupção privada, com inspiração em exemplos do Direito Comparado e de proposições legislativas existentes no Brasil. Também estão sendo discutidas medidas para fomentar programas de integridade na esfera privada, buscando-se boas práticas existentes para fins de conhecimento e divulgação.

Na Ação 6 (*Consolidar a estratégia para fortalecer a Prevenção Primária da Corrupção*), os trabalhos foram divididos em três Subgrupos, que reportam suas atividades do GT principal: 1) Banco de Propostas e Selo Pró-Íntegro, sendo apresentada proposta para regulamentar o Selo e estando em curso discussões sobre o lançamento do próximo edital para colheita de propostas; 2) Plano de Comunicação, sendo apresentada proposta para regulamentar as fases de criação do plano, desenvolvimento do conteúdo e execução; 3) Governança e Rede, sendo apresentada proposta de governança no Programa Nacional de Prevenção Primária à Corrupção (PNPPC), composta por três esferas: diretiva, executiva e consultiva. As atividades dos três Subgrupos têm sido bem recebidas no GT principal, de modo que eles permanecem nas linhas de atuação traçadas.

Na Ação 7 (*Implementar medidas de restrição e controle do uso de dinheiro em espécie*), há avanços na busca de consenso sobre o escopo da proposta de ato normativo para limitar o uso de dinheiro em espécie em diversos segmentos da economia. O GT está analisando versão preliminar de Anteprojeto de Lei sobre a matéria, elaborado pelo COAF, coordenador da iniciativa. Já foram recebidas contribuições por escrito dos participantes, e há espaço para novas colaborações.

Na Ação 8 (*Aprofundar os estudos sobre a utilização de moedas virtuais para fins de lavagem de dinheiro e eventualmente apresentar propostas para regulamentação e/ou adequações legislativas*), o GT se comprometeu a abordar (i) regulação do uso de moedas virtuais; (ii) investigações do uso de moedas virtuais para cometimentos de crimes. Diante da complexidade e das incertezas sobre o tema não apenas no Brasil, mas também no âmbito internacional, os participantes discutem possíveis maneiras de regulamentar determinados aspectos do fenômeno, a exemplo de questões tributárias.

Na Ação 9 (*Preparar os sistemas de extração de dados estruturados para a geração de dados estatísticos para a Avaliação Nacional de Risco (ANR) e para as avaliações de organismos internacionais*), já foram validadas tabelas de dados referentes a (A) Investigação e Persecução Criminal; (B) Regulação e Supervisão; e (C) Outros. Cada tabela inclui (i) listas de informações; (ii) descrição de indicadores; e (iii) identificação dos órgãos responsáveis

pelo fornecimento das informações. Passou-se a realizar diagnóstico dos sistemas existentes, com (i) levantamento, por cada responsável, das fontes de informação; e (ii) mapeamento das informações que ainda não estão disponíveis. Tem sido ressaltada a importância de os órgãos se prepararem para obter e compartilhar as informações consideradas necessárias para as avaliações.

Na Ação 10 – *Fortalecer os marcos normativos da atuação da PREVIC e da SPREV no que se refere a entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e a Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)* –, o GT tem discutido o diagnóstico do problema e possíveis medidas para seu enfrentamento. No âmbito da regulamentação, há debate sobre propostas de atos normativos aptas a fortalecerem a supervisão realizada pela PREVIC e pela SPREV. Em outras frentes, discutem-se medidas voltadas ao aprimoramento da gestão e à melhor coordenação das instituições envolvidas com a supervisão e o controle de EFPCs e RPPSs.

Na Ação 11 (*Aperfeiçoar a atuação das Polícias Civis na investigação de crimes de lavagem de dinheiro*), as atividades foram divididas em três vertentes: 1) Estruturação, produzindo-se diagnóstico amparado em dados e estatísticas sobre a atuação das Polícias Civis no combate à lavagem de dinheiro e sugerindo-se medidas para enfrentamento dos problemas identificados; 2) Legislação, com fomento a regulamentações, nos Estados, do §1º do art. 7º da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, que prevê a possibilidade de se autorizar o perdimento de bens, direitos e valores relacionados à prática dos crimes de lavagem de dinheiro; 3) Capacitação, com estabelecimento de parcerias entre CONCPC, SENASP, PF, DRCl e outros órgãos para melhor capacitar policiais civis na temática. As discussões serviram de inspiração para o CONCPC editar a Resolução n.º 1/2018, que estabelece diretrizes para as Polícias Civis no combate à lavagem de dinheiro.

Também estão em curso desdobramentos das Ações 5 e 11 de 2017 que se constituíram em dois novos coletivos: o Grupo Temático sobre o Setor da Saúde e a Ação Permanente de Combate ao Crime Organizado (APICCO). Cuida-se de experimentos para melhor adensar as relações entre diversos órgãos e entidades envolvidos com o enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro, testando e avaliando novas formas de atuação coordenada. As experiências devem trazer resultados concretos e servirão de aprendizado para iniciativas futuras.

O Gabinete de Gestão Integrada (GGI) tem acompanhado a implementação dos resultados de 2017 e o desenvolvimento das iniciativas de 2018. Com espírito de inovação para aperfeiçoar os trabalhos da rede, também tem discutido maneiras de ampliar a participação social e de melhor harmonizar a representatividade e a efetividade da ENCCLA.

Espera-se que o segundo semestre de 2018 mantenha e consolide o bom nível de produção dos primeiros meses do ano. Agradecemos e contamos com a continuidade das valorosas contribuições de todos os participantes, em cada uma das iniciativas de 2018. Pelo seu formato em rede, a ENCCLA é o que seus membros fazem dela.

*Secretaria Executiva*



# CURTAS

[Agenda de Reuniões e Eventos ENCCLA 2018](#)

**Ação 1/2018 – Plano Nacional de Combate à Corrupção. Evento Público Regional – Norte – Belém-PA.**

Data 26 de junho de 2018, no Auditório Nathanael Farias Leitão, Edifício Sede do Ministério Público do Estado

do Pará. Endereço: Rua João Diogo, 100 - Cidade Velha – Belém/Pará. [Acesse aqui a programação e o formulário de inscrição.](#)

**Ação 1/2018 – Plano Nacional de Combate à Corrupção. Evento Público Regional – Centro-Oeste – Brasília-DF.** Data 04 de julho de 2018, no Auditório Promotor de Justiça Andreino Bento Santos Filho. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT. [Acesse aqui a programação e o formulário de inscrição.](#)

## Conheça as Ações Enccla 2018

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os integrantes da Enccla. Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br)*



# MATÉRIAS

Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF

## Mais de 1.300 pessoas debatem o combate à corrupção em Manaus



11/06/2018 - A quantidade de participantes e o nível de interação do público surpreendeu os organizadores da terceira edição do Simpósio Nacional de Combate à Corrupção de Manaus.

As 1.340 pessoas presentes aproveitaram o evento para pedir um basta nas ações de agentes públicos que tem prejudicado o país. Além de manifestarem apoio ao trabalho da Polícia Federal (PF).

Atualmente, a corrupção é um dos temas que mais tem preocupado a população brasileira. Por isso, a Regional da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal de Manaus (ADPF-AM), organiza anualmente um simpósio para tratar do tema.

O delegado federal Pablo Oliva comemorou o apoio do público, pois, segundo ele, grande parte do êxito alcançado pela PF, se deve ao apoio da sociedade. Para Oliva, os resultados são melhores se, consciente da sua força, o povo brasileiro também for à luta.

As organizações criminosas, a Operação Lava Jato e alternativas para boas práticas de gestão estiveram entre os principais temas debatidos durante o Simpósio. As palestras foram ministradas, entre outros, pela ex-ministra do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Eliana Calmon e o diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Luciano Santos.

“O evento contou com advogado, psicólogo, juíza e líderes de movimento sociais, o que possibilitou que o combate à corrupção fosse abordado de vários aspectos”, explicou o presidente da ADPF, Edvandar Felix de Paiva.

Segundo ele, juntar a visão dessas pessoas no mesmo local, para falar de um mesmo tema, trouxe uma diversidade de ideias muito interessante, que tornou o evento um sucesso.

Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF

## Fortaleza recebeu segunda edição da Corrida Contra a Corrupção



18/06/2018 - Um dia para movimentar o corpo e as ações de combate à corrupção. Assim foi o último domingo (17), durante a Corrida Contra a Corrupção de Fortaleza (CE). O evento, que está na segunda edição, é realizado pela regional da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal no estado do Ceará (ADPF-CE).

Segundo a diretora da ADPF-CE, Cláudia Braga Leitão, o evento foi além da expectativa da Associação de divulgar a necessidade de fortalecimento da PF e da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 412, que prevê a autonomia orçamentária e administrativa da Instituição.

“A corrida também passou o conceito de que as pessoas precisam mudar seus comportamentos cotidianos para construir um país diferente e mais ético. Pois assim também se combate a corrupção”, afirmou Cláudia.

Para o público presente, além da Corrida, a animação foi o ponto alto do evento. “Foi tudo muito lindo e maravilhoso. Amei as ideias de aula de Zumba ao término da corrida e o show dos Transacionais”, escreveu a internauta Luciana Carvalho, em uma publicação nas redes sociais do evento.

A Corrida começou às 6h da manhã, do último domingo 17, na Praça das Flores, em Fortaleza. O evento reuniu atletas profissionais e amadores, que correram distâncias de 2,5km, 5km e 10km.

Advocacia-Geral da União - AGU

[III Encontro da Advocacia Pública do Triângulo Mineiro](#)



13/06/2018 - O livro traz assuntos polêmicos e essenciais do Direito Eleitoral, como o abuso de poderes políticos, econômicos e de autoridades, bem como a corrupção eleitoral e a defesa da Lei da Ficha Limpa

O procurador regional da República Luiz Carlos dos Santos Gonçalves (PRR3) lança a terceira edição do livro *Direito Eleitoral*. Com enfoque didático, a obra aprofunda temas da atuação eleitoral, detalhando o trabalho do Ministério Público Eleitoral, Procuradoria Regional Eleitoral e as condições de elegibilidade e as inelegibilidades.

O livro traz assuntos polêmicos e essenciais do Direito Eleitoral, como o abuso de poderes políticos, econômicos e de autoridades, bem como a corrupção eleitoral e a defesa da Lei da Ficha Limpa. O autor também põe ênfase na igualdade de gênero, raça, identidade e orientação sexual na política rumo a uma democracia mais efetiva.

O livro está disponível no link

Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE-MG

## Enccla avança na elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção

A ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção) promove, no dia 26 de junho de 2018, Evento Público Regional em Belém-PA.

O encontro pretende desenvolver a Ação 1/2018, coordenada pelo DRCI/SNJ, juntamente com a AGU e o MJF, que vai “Elaborar e aprovar o Plano Nacional de Combate à Corrupção”.

A ideia é que participem agentes públicos, sociedade civil e cidadãos que possam contribuir com ideias para a elaboração do Plano. As inscrições são gratuitas e limitadas. [Para participar, clique aqui e preencha o formulário eletrônico disponibilizado pela Secretaria Executiva.](#)

Ministério da Justiça – MJ

## Enccla convida para elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção

*Mais dois eventos públicos regionais estão agendados para dar continuidade à participação da sociedade na construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção*



12/06/2018 - Estão abertas as inscrições dos próximos *eventos públicos regionais* promovidos pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) para discutir com a sociedade propostas para a consolidação do *Plano Nacional de Combate à Corrupção*. Serão realizados os encontros das regiões Norte e Centro-Oeste, em Belém-PA, dia 26/6, e em Brasília-DF, dia 4/7.

A iniciativa faz parte do desenvolvimento da Ação 1/2018 da Enccla que irá elaborar e aprovar o Plano Nacional de Combate à Corrupção. O objetivo da ação é obter contribuições para o enfrentamento da corrupção no Brasil. O primeiro evento foi o da região Sul, realizado em Curitiba-PR, em 21 de maio, no qual foram recebidas pela Enccla 32 propostas.

Os participantes devem apresentar sugestões concretas de enfrentamento à corrupção em um dos Eixos da Enccla – prevenção, detecção ou punição – para o enfrentamento aos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro.

Para participar basta realizar a inscrição – em [Belém-PA](#) ou em [Brasília-DF](#).

As propostas recebidas serão validadas pelo grupo de trabalho da Ação 1/2018 da Enccla e utilizadas como base para a construção do Plano Nacional de Combate à Corrupção. Ao final do ano, em novembro, o Plano será apresentado e aprovado na Reunião Plenária da Enccla.

[Saiba mais sobre a Enccla.](#)

## Serviço

### **Evento Público Regional – Norte – Belém-PA**

Ação 1/2018 da Enccla - Plano Nacional de Combate à Corrupção

**Data:** Terça-feira, 26/06/2018

**Local:** Ministério Público do Estado do Pará

Auditório Nathanael Farias Leitão, Edifício Sede do Ministério Público do Estado do Pará

Rua João Diogo, 100 - Cidade Velha – Belém/Pará

[Faça aqui sua inscrição para a cidade de Belém - Pará](#)

Inscrições gratuitas. Vagas limitadas à lotação do auditório.

### **Evento Público Regional – Centro-Oeste – Brasília-DF**

Ação 1/2018 da Enccla - Plano Nacional de Combate à Corrupção

**Data:** Quarta-feira, 04/07/2018

**Local:** Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Auditório Promotor de Justiça Andreino Bento Santos Filho

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT

Faça aqui sua inscrição para a cidade de Brasília – Distrito Federal

Inscrições gratuitas. Vagas limitadas à lotação do auditório.

Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF

[Enccla promove mais um evento para elaborar plano contra corrupção](#)



A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), por intermédio do Departamento de Inteligência e Gestão da Informação (DGI), lança [canal online](#) para recebimento de denúncias do crime de lavagem de dinheiro.

O canal conta com guia de perguntas para facilitar o preenchimento da denúncia pela população, colaborando assim para as investigações da PCDF.

A iniciativa se alinha a uma ação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), promovida pelo Ministério da Justiça. A Ação 11 da [ENCCLA 2018](#), coordenada pelo Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil (CONCPC), trata do aperfeiçoamento das polícias civis na investigação do crime de lavagem de dinheiro. Em reunião ocorrida na cidade de São Paulo, no último mês de abril, o CONCPC aprovou resolução elencando medidas para qualificar a atuação das polícias civis neste tipo de repressão.

O Diretor do DGI, delegado George Couto, que também representa o CONCPC junto à ENCCLA, explica que as polícias civis do país se especializam cada vez mais na investigação do crime de lavagem de dinheiro, com modernas técnicas que buscam descapitalizar organizações criminosas e promover o controle de criminalidade. "A participação da população do Distrito Federal é de fundamental importância para identificação de pessoas que ocultam valores de origem ilícita ou mesmo apresentam um padrão de vida incompatível com a atividade profissional declarada, o que pode ser decorrente de práticas criminosas", enfatiza.

### **A Lavagem de Dinheiro**

Os crimes de lavagem de dinheiro estão previstos na [Lei n. 9.613, de 03 de março de 1998](#) e são decorrentes da ocultação ou dissimulação de bens ou valores obtidos ilicitamente pela prática de outros crimes, como a corrupção e o desvio de recursos públicos, o tráfico de drogas, os roubos, os estelionatos, ou qualquer outro que gere proveitos financeiros.

### **Outras formas de denúncia**

Além do canal online no site, a população também pode denunciar pelo telefone 197, pelo e-mail [denuncia197@pcdf.df.gov.br](mailto:denuncia197@pcdf.df.gov.br) e pelo número de WhatsApp (61) 98626-1197.

## Enccla promove mais um evento para elaborar plano contra corrupção

Participe do Evento Público Regional em Brasília e contribua para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção, iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção (Enccla). A ideia é que participem agentes públicos, sociedade civil e cidadãos que possam contribuir com ideias voltadas à prevenção, detecção e punições de atos lesivos à administração pública. As [inscrições são gratuitas e limitadas](#). O encontro será realizado no dia 4 de julho, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Durante a programação, os participantes serão apresentados à metodologia de trabalho e haverá atividades em grupo para o aprofundamento do tema em três eixos: prevenção, detecção e punição dos atos de corrupção. A expectativa é que, a partir dessas discussões, surjam diretrizes para a construção e implementação do Plano. “Os eventos regionais são muito importantes, porque o plano é uma construção coletiva com participação de diversas instituições e da sociedade civil”, explica a promotora de Justiça Ana Cláudia Rodrigues, que está na articulação do evento.

O encontro é o segundo dos cinco a serem promovidos em todas as regiões do país. O primeiro foi realizado em Curitiba, em maio deste ano. A iniciativa faz parte da [Ação 1/2018 da Enccla](#), proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e coordenada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, ligada à Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ). O MPDFT participa como um dos órgãos colaboradores e sediará o evento.

[Saiba mais sobre a Enccla.](#)

## Encontro no MPDFT discutirá elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção

Da Redação (Brasília) – No dia 26 de junho, será realizado, no Ministério Público do Estado do Pará, o segundo evento da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com o objetivo de elaborar e aprovar o Plano Nacional de Combate à Corrupção. Esse é o objetivo da Ação 1/2018 que, dentre outras iniciativas, realizará uma série de eventos públicos regionais por todo o País.

O primeiro evento foi realizado em Curitiba, no mês passado. A ideia é que participem, agentes públicos, sociedade civil e cidadãos que possam contribuir com ideias e propostas para a elaboração do Plano. O encontro é aberto ao público. As inscrições são gratuitas [pelo site do Ministério da Justiça](#).

Instituída em 2003, sob a coordenação do Ministério da Justiça, a ENCCLA é formada pela Secretaria de Previdência e mais de 90 órgãos, dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. A Estratégia intensifica a prevenção a esses crimes porque potencializa a expertise de diversos parceiros em prol do Estado brasileiro.

**Secretaria de Previdência** – Como forma de intensificar o trabalho de combate às fraudes, a Secretaria de Previdência (Sprev) coordenou, em 2017, uma das ações da Enccla. O objetivo dessa ação foi de propor a implementação de medidas que auxiliem na prevenção de crimes praticados mediante utilização de documentos falsos ou interpostas pessoas.

Informações:

**Data:** 26/06/2018

**Horário:** 08h às 18h

**Endereço:** Auditório Nathanael Farias Leitão, Edifício Sede do Ministério Público do Estado do Pará  
Rua João Diogo, 100 – Cidade Velha – Belém/Pará

**Inscrição gratuita. Vagas limitadas.**

Tribunal de Contas da União - TCU

[Regulação de mercado de capitais é discutido por TCU e BNDES](#)

*Presidentes das instituições participaram da mesa de abertura do seminário Mercado de Capitais Brasileiro*



O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Raimundo Carreiro, e o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Dyogo Oliveira, participaram, na manhã desta segunda-feira (11), da mesa de abertura do seminário Mercado de Capitais Brasileiro.

O encontro, realizado na sede do TCU, em Brasília, aborda temas como a regulação e os desafios do desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil; os crimes contra o mercado; os controles institucionais da gestão pública no âmbito do mercado de capitais; governança corporativa e *compliance*.

O presidente do TCU iniciou seu discurso ressaltando que o mercado de capitais é um tema de total relevância em qualquer economia moderna. “ É um ambiente de negócios de suma importância para o avanço econômico e social do País. Particularmente, em um mercado cada vez mais globalizado”, afirmou Carreiro.

O presidente do TCU destacou ainda que a efetividade do BNDES Participações S.A. (BNDESPar) no fortalecimento do mercado e democratização do capital do BNDES é uma das ações que estão sendo acompanhadas de perto pelo TCU. “Equipes de fiscalizações têm buscado, nos últimos anos, intensificar o controle das operações que envolvam o mercado de capitais, notadamente, nas operações realizadas com grandes empresas”, disse o ministro- presidente.

Para finalizar, Raimundo Carreiro salientou que, por meio de suas fiscalizações, o Tribunal procura, também, ações transformadoras que contribuam com o aperfeiçoamento da administração pública em benefício de toda a sociedade. “Desde quando assumi esta Presidência, estabeleci, entre outras metas, reforçar o potencial das nossas fiscalizações, não se limitando apenas a verificação da correta aplicação dos recursos pelos gestores públicos e privados”, afirmou o presidente do TCU.

Pelo Tribunal também participaram da mesa de abertura o ministro Vital do Rêgo, o ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti e o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU Paulo Soares Bugarin. Além deles, o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Colnago, e o ministro de Estado substituto da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário.

O encerramento do seminário acontece na terça-feira (12). O encontro tem transmissão ao vivo por meio do canal do Tribunal no YouTube.



Este Boletim é elaborado e divulgado pela Secretaria Executiva da Enccla.  
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional  
Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania – Ministério da Justiça  
Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br) ou 61 2025-8900